



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

### EXTRATO DE ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DO TJSP

Portaria TJSP nº 10.099/2022 e nº 10.128/2022

Biênio 2022/2023

**Assunto:** 3ª Reunião de Trabalho do Comitê Gestor de Orçamento e de priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) do TJSP, biênio 2022/2023.

**Data:** 09/06/2022 (quinta-feira)

**Horário:** 10h às 12h08

**Local:** Plataforma *Teams*

**Presentes:**

Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Juiz de Direito da 3ª Vara Especial da Infância e Juventude da Capital – Coordenador do CGOP1G; Dra. Ana Carolina Miranda de Oliveira, Juíza de Direito Auxiliar de Guarulhos – Vice Coordenadora do CGOP1G; Dr. Airton Pinheiro De Castro, Juiz de Direito Titular II da 12ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Jr; Dra. Daniele Machado Toledo, Juíza de Direito na 1ª Vara Cível de Itapevi; Dr. Caio Salvador Filardi, Juiz de Direito Titular I da 3ª Vara da Família e Sucessões no Fórum Regional de Santana; Dr. Helio Narvaez, Juiz de Direito Titular II da 8ª Vara Criminal Central -Complexo Mário Guimarães; Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais no Fórum João Mendes Jr; Dra. Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, Juíza de Direito Titular I da 9ª Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo; Dra. Paula Micheletto Cometti, Juíza de Direito Titular II da 12ª Vara da Fazenda Pública Central no Fórum Hely Lopes Meirelles convocada como Juíza Assessora da Presidência – Biênio 2022/2023; Sr. Rodinei Rodrigues, Assistente Judiciário do Gabinete de Juiz de 1ª Instância - Dra. Marta Rodrigues Maffeis em Ribeirão Preto; Sr. Aparecido da Silva Nácio, Supervisor de Serviço do DIPO3.2 -Serviço de Processamento de Inquéritos Policiais II; Sr. Edson Categero Goncalves, Chefe de Seção Judiciário do Anexo do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão Preto; Sr. Emerson Ryuji Takase, Coordenador da DEPLAN 1.2 - Coordenadoria de Análise Estatística; Sr. Jean Carlos Soares de Souza, Chefe de Seção Técnica Judiciário (contador-chefe) da SPI 3.5.1 - Serviço de Desenvolvimento de Planilhas e Sistemas; Sr. Rodrigo Teixeira, Coordenador da DEPLAN 1.1 - Coordenadoria de Planejamento; Sr. Ighor Raphael das Neves Amorim, Chefe de Seção Judiciário do 2º Ofício Cível da Comarca de Santos; Sra. Deise Donatoni Casado, Supervisora de Serviço de DEPLAN 1.2.1 -Serviço de Análise Estatística;



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

Sra. Ana Claudia de Oliveira Lopes, Secretária da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças; Sra. Vanessa Cristina Martiniano, Secretária da SPI – Secretaria de Primeira Instância ; Sr. Fabio Makoto Tagliaferro Yokoyama, Secretário da SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas; Sr. Marco Antonio Lopes Samaan, Secretário da STI – Secretaria de Tecnologia da Informação; Sra. Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora da DEPLAN – Diretoria de Planejamento; Sr. Hudson Carvalho de Camargo, Diretor da SGP 4 - Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento de Talentos, Novos Projetos, Governança em Gestão de Pessoas e Análise de Desempenhos Funcionais; Sr. Ednaldo Aparecido Batista – Representante da Apatej – Associação Paulista de Técnicos Judiciários; Sr. Adolfo Benedetti Neto – Representante da Assojuris – Associação de Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

#### **Ausências justificadas**

Dr. Rodrigo Nogueira, Juiz de Direito Titular I da 26ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Jr, convocado como Juiz Assessor da Corregedoria – Biênio 2022/2023; Sra. Rosana Barreira, Secretária da SEMA – Secretaria da Magistratura e Secretária Executiva da Presidência, substituída pelo Sr. Diretor Flávio Luiz dos Santos; Carlos Alberto Marcos – Representante da Assojuris – Associação de Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, substituído por Adolfo Benedetti Neto; Dr. Bruno Machado Miano, Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes – Representante da APAMAGIS – Associação Paulista dos Magistrados.

#### **Relatório**

#### **Abertura – Devolutivas da Reunião Anterior**

Referente ao tema assinatura em lote: foi desenhada para que pudesse ter uma pausa no momento da assinatura, caso surja nova petição para análise, o Magistrado saberia disso; seria segurança para o Magistrado. A questão foi alertada no passado e além da assinatura em lote foi criada a solução assinatura em segundo plano, não geraria pop ups na tela. Haveria configuração - disponível no site do TJ. Dr. Rodrigo Colombini informou que a empresa enviaria proposta, no prazo de 15 dias, e teriam retorno na próxima reunião.

#### **Item I – Discussão sobre as respostas coletadas por questionários: CGOP1G e Diretores de RAJs**

Propostas analisadas por meio da ferramenta Miro, com ampla participação dos membros do CGOP1G na discussão.



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

### Item: Rotinas de Trabalho

- Desburocratização de atos processuais de mero andamento dos feitos. - Decisão: Deverá ser tratado pela Administração para analisar a pertinência da mudança do sistema.
- Devolução dos prédios alugados. - Decisão: há meta estratégica e o tema é tratado pela Alta Administração.
- Melhor ocupação dos prédios próprios em sistema de rodízio. - Decisão: Questão tratada pela Alta Administração.
- Pesquisar com mais cautela as empresas contratadas. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Verificação diuturna do cumprimento das obrigações pactuadas. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Reformulação de contratos existentes visando o interesse público - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Implementação do sistema de facilities em todos os prédios. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Propostas tratadas anteriormente: treinamentos constantes das equipes de administração dos prédios nos temas ligados à área de contratos
- Climatização de todos os gabinetes, salas de audiência e cartórios. –Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Melhoria constante em tecnologia de segurança. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.
- Regionalização das varas iniciais. Com o avanço do regime de teletrabalho, muitas varas não têm recebido volume considerável de presença física de partes e advogados. Além disso, estão com poucos funcionários e possuem muitos gastos com manutenção predial. Com a regionalização, aumenta-se a estrutura e eficiência das varas, e o atendimento local pode ser itinerante periodicamente quando houver necessidade. –Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração e há pedido específico realizado pela Corregedoria Geral da Justiça.
- Permissão para colocação de tabladros nas salas de audiências dos fóruns. Hoje, as partes e advogados não conseguem sequer ver quem está julgando, pois a cadeira é baixa e o computador fica na frente. Já foi tentado o pedido para colocação e negado à época - Decisão: Encaminhamento será realizado pela Dr<sup>a</sup> Ana Carolina para a Administração do Fórum.
- Verificação dos sistemas de iluminação dos grandes edifícios; gastos enormes com iluminação de corredores sem transeuntes, garagens (iluminadas durante

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN**

todo o dia); salas com ocupação reduzida e único circuito de acionamento. Instalação de sensores de presença. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.

- Expandir os contratos de Reciclagem. Produzimos muito lixo (papeis e garrafas plásticas). Deveríamos ter contêineres para lixo reciclável no térreo e obrigar os cartórios e gabinetes a jogar o lixo nestes lugares mais apropriados, ao final do expediente. – Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos. A Deplan contatará a Diretoria de Comunicação para incorporar o Plano de Logística Sustentável em um projeto de comunicação sobre os objetivos estratégicos institucionais.

- Estabelecer sistema de licitação regional para contratação de prestadores de serviços. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.

- Expansão dos contratos de serviços de natureza continuada (limpeza de caixa d'água, limpeza de calhas, recarga de extintores, higiene de bebedouros, entre outros). - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.

- Cláusulas mais objetivas, de fácil compreensão para servidores. –Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.

- Propostas tratadas anteriormente: Implantação, com urgência, do contrato de facilites; Necessidade de reforma de prédios do TJSP; Celeridade na aprovação dos pedidos efetuados para as reformas de urgência de competência das diretorias de RAJ; Necessidade de proporcionar maior agilidade nas contratações de serviço, especialmente nas demandas de pequenas reformas ou reformas pontuais. Hoje, o fluxo para autorização de tais demandas passa pela engenharia do TJ (SP), depois segue para o Secretário da SAAB e por fim para a Presidência. O Juiz Diretor da RAJ nem participa da decisão. Necessário criar um fluxo rápido, considerando que todas as RAJs possuem apoio de um Engenheiro e um Arquiteto e a maioria das pequenas demandas são de fácil solução; A sugestão é no sentido de formar um Grupo Técnico nas DARAJs, especializado em realizar licitações, nos moldes em que já funciona no TJ, supervisionado pelos Juízes Diretores; Para tanto, necessária a capacitação de servidores das Regionais para atuarem como Pregoeiros. (modalidade: pregão eletrônico) A Secretaria da Fazenda realiza cursos de capacitação para elaboração de minutas de editais e para operacionalização do Sistema BEC.

- Sugestão, em acréscimo, deste magistrado: análise do retorno aos Diretores de Fórum para compras de pequeno valor, desburocratizando as aquisições, tais como fechaduras, lâmpadas, reformas diminutas, dando agilidade a pequenos problemas pontuais e, havendo necessidade de autorização da DARAJ, sem o



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

trâmite burocrático hoje existente. - Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração, com processos de trabalho estruturados pela SAAB e demais setores envolvidos.

Destinação do orçamento para a atividade fim. Decisão: O tema é tratado pela SOF e consta da formulação da proposta orçamentária.

- Divisão consentânea das verbas orçamentárias. Decisão: O tema é tratado pela SOF e consta da formulação da proposta orçamentária.

- Uso das verbas e custas para auxiliar a constituição do Orçamento. Decisão: O tema é estratégico e vem sendo tratado pela Alta Administração. Especial atenção à necessidade de aprimorar o treinamento de magistrados e de servidores quanto ao tema.

- Destinar parte do Orçamento à manutenção do 1o. Grau de Jurisdição, com as necessidades prementes. Decisão: O tema é tratado pela SOF e consta da formulação da proposta orçamentária.

- Transparência e divulgação aos membros, tanto sobre a receita, como sobre os custos do Tribunal, além de maior articulação do Poder Judiciário com o Poder Executivo. Percebe-se que tanto os juízes, quanto os servidores pouco sabem sobre o orçamento do Tribunal a que estão vinculados. Decisão: As informações estão disponíveis no Portal da Transparência e respeitam os normativos do CNJ.

- Necessidade de rigor exacerbado quanto aos benefícios da justiça gratuita. Decisão: Há normativo que estabelece que quando o beneficiário da justiça gratuita for vencedor, o vencido arcará com as custas. SPI para análise de como aprimorar a comunicação sobre a questão.

- Estudo sobre aumento das custas processuais no Estado de São Paulo. Decisão: O tema é tratado pela Alta Administração e é estratégico nesta gestão.

- Verba do tesouro – pessoal – Por ocasião da proposta orçamentária e sua respectiva negociação deverá ser utilizado todo o limite da margem fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois somente assim teremos a garantia do efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas para com os servidores no tocante aos seus vencimentos. Decisão: O tema é afeto à Alta Administração, que implementou o pagamento das indenizações de licença-prêmio, de férias ou de horas credoras com o Fundo Especial de Despesa, gerando recursos do Tesouro, Fonte 1, para o pagamento do reajuste dos servidores em 2022.

- Estudos em relação a pagamento de valores a título de verbas indenizadas devidas a servidores devem ser aprofundados mediante um planejamento, critérios e as respectivas fontes dos recursos a serem disponibilizados. Os recursos da fonte “tesouro” devem ser priorizados para o pagamento de salários (vencimentos), pelo menos enquanto houver perdas salariais acumuladas e data base a ser calculada. Decisão: O tema é afeto à Alta Administração, que implementou o pagamento das indenizações de licença-prêmio, de férias ou de horas credoras com o Fundo Especial de Despesa, gerando recursos do Tesouro, Fonte 1, para o pagamento do reajuste dos servidores em 2022.

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN**

- Criação de uma carteira virtual em que partes e advogados poderiam ser seus titulares. Fariam depósitos em dinheiro nessas carteiras e a cada despesa ou custas que necessitassem recolher no processo, bastaria a utilização do crédito. Isso evitaria os procedimentos de devolução que hoje são complexos e facilitaria a conferência de guias e recolhimento já que não poderia usar o mesmo crédito para duas ações. Decisão: Tema a ser analisado na lista de possíveis projetos.
- Pagamento para realização de custódia. Decisão: Tema a ser analisado na lista de possíveis projetos ou com demanda direcionada para a SEMA.
- Pagamento, ao menos, das indenizações de licença-prêmio, antes da extinção do benefício. Decisão: Tanto SGP quanto SEMA estão pagando primeiramente as indenizações de licença-prêmio.
- Estabelecer sistema que permita o acompanhamento, pelos gestores locais, da execução do orçamento. Decisão: As informações estão disponíveis no Portal da Transparência e respeitam os normativos do CNJ.
- Aumento dos limites de valores das verbas mensais distribuídas às administrações prediais, para pequenos reparos e manutenções, enquanto se aguardam as contratações para esse fim. Decisão: Os limites de valores das verbas mensais são dados pela legislação em vigor, não havendo espaço para alterações por parte da Administração.
- Melhoria na arrecadação das custas/taxas, inclusive, com criação de grupo específico da E. Presidência para realização de cursos a magistrados/servidores acerca da cobrança e, adequada orientação/fiscalização acerca do correto cumprimento. Decisão: O tema é estratégico e vem sendo tratado pela Alta Administração. Especial atenção à necessidade de aprimorar o treinamento de magistrados e de servidores quanto ao tema.
- Maior fiscalização e controle das guias de custas nos processos e rigor na concessão de gratuidade, com critérios objetivos e vinculativos para o 1.º e 2.º graus. Decisão: O tema é estratégico e vem sendo tratado pela Alta Administração. Especial atenção à necessidade de aprimorar o treinamento de magistrados e de servidores quanto ao tema. No tocante aos benefícios da justiça gratuita, observação de aprimoramento da comunicação sobre o pagamento recair sobre a parte vencida, quando o vencedor for beneficiário da justiça gratuita. Tema em análise pela SPI.
  
- Mais verbas públicas para melhoria dos prédios e, conseqüentemente, serviços prestados. Decisão: Há Plano de Obras em vigor no TJSP, conforme explicação da SAAB, respeitando a capacidade orçamentária e contratual para a execução das obras necessárias.
- Criação de procedimento de ofício pelo setor acima sugerido, para cobrança das custas/taxas não recolhidas no processo, como ocorre na Justiça do Trabalho, inclusive, com a inclusão em órgãos de restrição ao crédito, penhora "online" direta, previamente à emissão de certidão. Caso expedida, setor específico do tribunal



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

para ajuizamento da cobrança futura, a fim de que ocorra o efetivo acompanhamento e cobrança. Decisão: O tema é estratégico e vem sendo tratado pela Alta Administração. Especial atenção à necessidade de aprimorar o treinamento de magistrados e de servidores quanto ao tema.

- Treinamento dos servidores nas funcionalidades do SAJ.– Decisão: Proposta pré-selecionada para o Laboratório de Inovação.

Propostas atreladas à Capacitação que seguirão para pré-seleção ao Laboratório de Inovação:

- Treinamento dos servidores para melhor utilizar as ferramentas do SAJ. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza cursos. Tudo é alinhado com SPI e STI, com elaboração de tutoriais e cursos específicos. Toda segunda-feira a lista de cursos é enviada por e-mail a todos os servidores do TJSP.

- Capacitação dos servidores em todas as plataformas. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza cursos tanto para sistemas utilizados pelas áreas administrativas quanto judiciais. Caso haja alguma demanda ainda não atendida, solicitamos a gentileza de indicá-la para tratarmos.

- Treinamento de Oficiais de Justiça para melhor atuarem nos processos do 1º Grau. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza cursos sobre o sistema SAJ. Caso não seja essa a demanda, solicitamos a gentileza de especificá-la.

- Treinamento e capacitação dos servidores para utilização do programa SAJ. Percebe-se que a maioria dos servidores não sabe trabalhar em lote, eis que não possuem domínio sobre as funcionalidades do sistema. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza cursos. Tudo é alinhado com SPI e STI, com elaboração de tutoriais e cursos específicos. Toda segunda-feira a lista de cursos é enviada por e-mail a todos os servidores do TJSP. Caso não seja essa a demanda, solicitamos a gentileza de especificá-la.

- Oferta de cursos de capacitação aos juízes, coordenadores e chefes de seção sobre gestão de pessoas. Resposta preliminar da SGP: Temos cursos de gestão voltados para servidores e que também podem ser acessados por magistrados.

- Melhorar o treinamento dos servidores. Resposta preliminar da SGP: Solicitamos mais esclarecimentos sobre esta questão.

- Investir em treinamento e estabelecer métodos de fácil acompanhamento e aferição da produção. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza o curso de “Gestão de Unidades”, “Desenvolvendo Gestores”, “Líder Coach”, “Gestão de Equipe Remota” e “Gestão de Equipe Híbrida”.

- Cursos e treinamentos de gestão e liderança. Resposta preliminar da SGP: O TJ disponibiliza o curso de “Gestão de Unidades”, “Desenvolvendo Gestores”, “Líder Coach”, “Gestão de Equipe Remota” e “Gestão de Equipe Híbrida”.

- Fornecimento de cursos e treinamentos ou suporte didático para tanto. Resposta preliminar da SGP: Solicitamos mais esclarecimentos sobre esta questão.

- Criação de curso de minutas (despachos, decisões e sentenças) para os servidores com treinamento prático. Com a mudança das rotinas cartorárias, essas



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

atividades serão primordiais para o célere andamento/tramitação dos processos. Não é possível admitir que exista gargalo na fila de conclusão, especialmente de despacho, ficando o processo três meses parado para um despacho simples. Hoje ficam diante da grande quantidade de processos e porque a maioria dos servidores não tiveram treinamento adequado para a elaboração de minutas. A função clássica de escrevente sofrerá drásticas mudanças nos próximos anos, sobretudo considerando o modelo adotado de UPJ. Resposta preliminar da SGP: Estamos estudando a criação de um curso voltado à criação de minutas, fazendo ponte entre a equipe do gabinete e a equipe de cartório, para utilização da vinculação de atos e automatização de cumprimento das decisões.

- Contratação de terceiro assistente para o magistrado de dentro ou de fora do quadro. Decisão: A SGP encaminhará a demanda à Alta Administração.

- Preenchimento de todos os cargos existentes nos cartórios e escritórios judiciais. Decisão: Questão em andamento na SGP e na Alta Administração.

- Incremento do teletrabalho (home office), com regras e facilidades para o pleno exercício. Decisão: Tema normatizado pela Presidência e pelo CSM, também tratado em reunião anterior.

Diante da concordância dos presentes, ficou agendada reunião extraordinária para 30/06/2022, às 10 horas, pelo Teams.

(Nada mais, eu, Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, diretora de Planejamento Estratégico do TJSP, minutei a presente Ata, a qual foi conferida e aprovada pelo Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Coordenador do CGOP1G).

*Rodrigo Marzola Colombini*